

A Real Mesa Censória como Fonte para a História da Informação Económica e dos Mercados Financeiros em Portugal

The Real Mesa Censória as a Source for the History of Economic Information and Financial Markets in Portugal

TOMÁS PINTO DE ALBUQUERQUE

Investigador Integrado ISEG-RESEARCH, Universidade de Lisboa

tomaspintodealbuquerque@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0057-3509>

RESUMO

Este artigo analisa o fundo documental da Real Mesa Censória como fonte para o estudo da circulação de informação económica no mercado financeiro lisboeta durante o século XVIII. Partindo da problemática da assimetria de informação nos mercados, procura-se demonstrar de que forma agentes económicos exteriores às redes mercantis tradicionais acediam a dados relevantes para as suas decisões de investimento. Através da análise de periódicos, nacionais e estrangeiros, papéis avulsos e literatura financeira inspecionados pela censura, evidencia-se a existência de mecanismos informacionais funcionais, ainda que mediados e condicionados pelo contexto censório. A investigação recorre a um levantamento empírico direto no Arquivo Nacional Torre do Tombo, revelando a importância do fundo enquanto infraestrutura de preservação da informação económica. Por fim, a comparação com outros centros europeus, como Madrid, Londres ou Amesterdão, permite qualificar Lisboa como um mercado semi-opaco, com soluções endógenas de mitigação da assimetria informacional, oferecendo um contributo relevante

para a reinterpretação da história dos mercados de capitais no Antigo Regime português.

PALAVRAS-CHAVE: História económica; Mercado financeiro; Informação; Censura; Arquivos.

ABSTRACT

This article examines the documentary holdings of the Real Mesa Censória as a source for studying the circulation of economic information in the Lisbon financial market during the eighteenth century. Starting from the problem of information asymmetry in markets, it aims to demonstrate how economic agents outside traditional merchant networks accessed relevant data for their investment decisions. Through the analysis of national and foreign periodicals, loose printed papers, and financial literature inspected by the censorship authority, the study highlights the existence of functional information mechanisms, albeit mediated and constrained by the institutional framework of censorship. The research is based on direct empirical work conducted at the Arquivo Nacional Torre do Tombo, underscoring the value of this collection as an infrastructure for preserving economic information. Finally, by comparing Lisbon with other European centres such as Madrid, London, and Amsterdam, the article characterises the Portuguese capital as a semi-opaque market, with endogenous solutions for mitigating informational asymmetry, contributing to a reinterpretation of the history of capital markets in the Portuguese Ancien Régime.

KEYWORDS: Economic history; Financial market; Information; Censorship; Archives.

Introdução

Nos últimos 40 anos, a microeconomia tem incorporado *inputs* analíticos que começaram por ser estritamente da área que se convencionou chamar de economia neo-institucionalista. Um dos mais importantes desses *inputs* implicou a revisão do arquétipo do agente racional, considerando-se que qualquer decisão racional é baseada em informação limitada, com custos na sua acessibilidade, além de que o seu processamento depende de estímulos neuronais e cognitivos, em grande medida dependentes de comportamentos, ou *habitus* adquiridos (North, 2018). Por outro lado, a infor-

mação pode não ser idêntica para as duas partes num contrato. A microeconomia designa por *risco moral* os custos de uma transação derivados de informação escondida e que só é revelada *ex post* no contrato; e por *seleção adversa* os custos de informação não partilhada *ex ante*. Ambos os riscos têm consequências na “secagem” do mercado no médio prazo, pois apenas participam nas transações os agentes, ou os bens, de qualidade decrescente. O problema da assimetria de informação e o seu impacto na perda de eficiência alocativa do mercado teve origem no estudo clássico de Akerlof sobre o mercado de trabalho (Akerlof, 1970)¹. Consagraram-se as abordagens que consideram os custos de informação nesta perspetiva e assume-se que a eficiência alocativa do mercado, em termos agregados, depende da informação ser “idealmente” simétrica (Carlos et al., 2007, pp. 1–2).

Os mercados de capitais, desde os seus primórdios, requerem um conjunto de infraestruturas para a afetação dos recursos financeiros disponíveis, pois essas infraestruturas impactavam, ontem como hoje, na qualidade de informação disponível. Falamos de garantias legais para as transferências, intermediários ativos, e informação suficientemente disseminada, independentemente de haver um local para as transações (Carlos et al., 1998; Gelderblom & Jonker, 2004; Levine, 2005; Mirowski, 1981; Murphy, 2009; Neal, 1993, 2000).

Em diferentes trabalhos, David Justino (1993, 1994) pugnou por demonstrar a existência de um mercado de capitais no Portugal do século XVIII, ainda que apenas aventando essa possibilidade, não verificando a diversidade de produtos, nem discutindo as suas dinâmicas à luz da atual historiografia. Depois de Justino, foram dados importantes passos, sobretudo, no que ao crédito diz respeito (Costa et al., 2018a, 2018b; Madureira, 1994; Rocha, 1996, 1998; Rodrigues, 2024). Recentemente, o seu trabalho foi completado pelo estudo feito por nós sobre o mercado secundário das ações das companhias coloniais portuguesas na segunda metade do século XVIII. Ali, analisamos o mercado financeiro lisboeta e o impacto que o mercado secundário dos títulos das companhias coloniais teve na criação de uma nova dinâmica (Albuquerque, 2023).

Entre os estudiosos do mercado financeiro não há dúvidas de que a informação é um elemento essencial para o seu desenvolvimento. Aquilo

¹ Para uma definição dos problemas de informação e o modo de funcionamento do mercado, qualquer *Handbook* de economia institucional disponibiliza uma detalhada explicação e demonstração formal dos respetivos mecanismos. Em Paulo Trigo Pereira encontra-se uma explicação acessível, ainda que sem demonstração matemática, na qual assenta a curta definição apresentada (Pereira, 2008, pp. 93–98).

que neste artigo pretendemos demonstrar é quais são as fontes a que os historiadores da economia podem recorrer para conseguir compreender de que forma é que os participantes do mercado tinham acesso à informação sobre ele. Já sabemos que entre o grupo dos comerciantes ela circulava por meio das redes, elemento fundamental para a circulação de informação (Albuquerque, 2018, 2019; Aslanian, 2008; Bohorquez, 2016; Lamikiz, 2007, 2013; Trivellato, 2009; Vanneste, 2015). Resta saber, no entanto, de que forma é que o demais público, não detentor dessas relações, poderia ter acesso a informação que lhe permitisse tomar uma decisão de investimento.

É assim que o fundo da Real Mesa Censória se apresenta como uma fonte importante para estudar a informação que circulava. Na secção um ocupamo-nos inteiramente da formação e função da instituição, dessa forma dando a entender como se constitui o fundo. Na secção dois, olhamos para o papel da informação, como elemento essencial dos mercados financeiros, tendo por medida de comparação aqueles mercados mais desenvolvidos, como são o caso da Inglaterra e dos Países Baixos. Já na secção três, ocupamo-nos da análise dos periódicos, dos papéis e dos livros, inspecionados pela Real Mesa Censória, que foram uma fonte de informação para os participantes no mercado, condicionando as suas decisões. Terminamos com a conclusão.

1. A Real Mesa Censória

A Real Mesa Censória foi criada pelo Alvará de 5 de abril de 1768, com o intuito de fiscalizar as obras que se pretendessem publicar ou divulgar no Reino. Esta função não era nova na Monarquia; tinha já antes estado a cargo do Tribunal do Santo Ofício e do Desembargo do Paço², de quem a nova Mesa era herdeira. A Mesa tinha também o papel de conceder licenças de comercialização, impressão, reimpressão e encadernação de livros e papéis avulsos, bem como autorizações de posse e leitura de livros proibidos.

² A Bula de Paulo III denominada *Ceia do Senhor* arroga à Igreja o papel de decisão sobre os livros que devem ser censurados e proibidos. É com respaldo nessa bula, datada de 13 de abril de 1559, e introduzida em Portugal cerca de 1567, que o Santo Ofício se arrogava o papel de censor dos livros e papéis que podiam ou não circular em Portugal. O Alvará de 4 de dezembro de 1576 determina que não se podiam imprimir livros, nem circular impressos, nacionais e estrangeiros, sem licença régia e sem aprovação do Desembargo do Paço, os quais depois deviam ainda ser aprovados pelos oficiais do Santo Ofício. O incumprimento tinha como pena a multa de 100 cruzados e um ano de degredo para África. A legislação veio a ser reforçada com o alvará de 31 de agosto de 1588, que prescrevia que nenhum livro fosse impresso, mesmo que autorizado pelo Santo Ofício, sem ter o aval positivo do Desembargo do Paço, aumentando as penas relativas ao incumprimento (Pereira, 1890).

A 18 de maio de 1769 é promulgado o seu Regimento, que constituirá a orgânica da instituição, definindo que a mesa de censura seria formada por um Presidente e vários Deputados

“de diferentes profissoens, e estados: A saber, Theolgos, Juristas, e Politicos. Sahirão de modo ordinário das Ordens do Clero Secular, e Regular (...), e dos Ministros do Meu Conselho, e dos Meus Tribunaes, e Relações. Serão pela maior parte Doutores, Lentes, ou Oppositores ás cadeiras da Universidade de Coimbra, (...); e deverá sempre sahir algum delles do Tribunal da Inquizição”³.

Determina-se ainda no regimento que a mesa tenha um Secretário, um Porteiro e um Contínuo. Cerca de 1775, sabemos da existência de uma Secretaria de Censura, criada em consequência da complexidade das suas funções e, certamente, do volume de trabalho, necessitando-se por isso de um departamento específico só dedicado a esse tema.

Para além das funções que foram atribuídas à Mesa, aquando da sua criação, o Alvará de 4 de junho de 1771 vem aduzir-lhe nova jurisdição. Desta feita, deixa sobre a sua chancela a administração das escolas de Estudos Menores do Reino⁴ (Rosa & Gomes, 2014), incluindo o Colégio dos Nobres (Araújo, 2020). A par disso, teve também por missão a criação de uma Biblioteca Pública, à semelhança das demais nações europeias (Domingos, 1992, pp. 137–138). Os primeiros contributos para a constituição do acervo bibliográfico advieram das extintas Casas dos Jesuítas (Domingos, 1992, p. 140). Foi com o Alvará de 29 de fevereiro de 1796 que se fundou a *Real Biblioteca Pública da Corte* (Domingos, 1992, pp. 157–158), transformada séculos depois na atual Biblioteca Nacional de Lisboa.

Cerca de 20 anos depois da criação desta nova instituição, sob os auspícios do que a historiografia denominou de “A Viradeira”⁵, procedeu-se a uma revisão das medidas tomadas no reinado anterior. É assim que surge o Decreto de 21 de junho de 1787, com a intenção expressa, na letra da lei, de “crear e fundar de novo”. Assim, a Real Mesa Censória passa a chamar-se *Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros*. A sua orgânica

³ Regimento de 18 de maio de 1769.

⁴ Anteriormente dirigida pela Companhia de Jesus, a quem foi retirada essa função pelo Alvará de 28 de junho de 1759.

⁵ “A Viradeira” é o nome pelo qual ficou conhecido o primeiro período de governo de Dona Maria I.

interna sofre algumas alterações: mantém-se o cargo de Presidente, que passa agora a ser obrigatoriamente exercido por um eclesiástico, nomeado pela monarca. O exercício do seu mandato deveria ser guiado pela Bula Papal *Romanorum Pontificum*⁶, pela qual o Papa Pio VI orientava qual deveria ser o funcionamento da censura, sobretudo quanto ao tema da religião. Definiu-se também um número fixo de oito deputados, também eles nomeados pela monarca, devendo ser homens de diferentes profissões e reconhecida dignidade intelectual.

Entendeu-se ser também fundamental nesta reforma deixar expressa a jurisdição formal da “nova” Mesa, sobre “todos os Vendedores, ou Mercadores de livros, Estampadores, Livreiros e Impressores”, criando-se, para isso, uma jurisdição privativa da Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros. Esta nova instituição funcionou entre 1787 e 1794, data da sua extinção pela Carta de Lei de 17 de dezembro, em que o papel de fiscalização passa de novo ao Santo Ofício, Desembargo do Paço e Bispos.

O fundo documental da Real Mesa Censória e das instituições que lhe sucederam integra processos de censura, obras examinadas, registo de legislação régia enviada e expedida pela mesa, registos dos censores, livros entregues ao Secretário para exame, bulas pontifícias com proibições de livros, genealogias manuscritas, documentos relativos à administração dos Estudos Menores. Todo este fundo documental diz respeito ao Reino, mas também aos espaços coloniais (Beline, 2021; Verri, 2009). Tem um âmbito cronológico alargado, estendendo-se desde o século XVII até ao XIX, mais concretamente entre os anos de 1687 e 1831, e está subdividido em 574 unidades de instalação, a que correspondem 24 livros e 550 caixas.

Os documentos que suportam este estudo são o resultado de um levantamento feito no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em especial, a partir das fichas que existem na sala de referência. Para isso, verificámos todas as fichas procurando documentos que se pudessem relacionar com o tema da divulgação de informação. Assim, os periódicos surgiram como uma fonte primordial. Completamos esse levantamento com a procura de outros tipos de documentos, como panfletos, papéis avulsos e livros, que contribuísssem também para a divulgação de informação sobre o mercado financeiro em Lisboa.

Nenhum estudo, até à presente data, se preocupou em analisar o fundo da Real Mesa Censória, com uma perspetiva de dele extrair dados para a História Económica. Os estudos que encontramos prendem-se com personagens de relevo que se relacionaram com a instituição, ou com perspetivas

⁶ Proclamada em 29 de novembro de 1780.

ligadas à história da literatura ou do teatro (Anjos, 2014; Carvalho, 2009; Ciccía, 2021; DeNipoti & Fonseca, 2011; Magalhães, 2022).

Ora, para a História Económica, o fundo da Real Mesa Censória também tem à sua guarda importantes documentos. Se, por um lado, a censura era uma forma de controlar o tipo de informação, por outro, foi a garantia de hoje termos acesso a um conjunto documental que fornece indícios de como circulariam os dados sobre os mercados. Nesse fundo, encontramos um sem número de notícias, maioritariamente ligadas à situação política, com destaque para a Guerra que, como é sabido, tem enorme impacto nos mercados. Também as novas da entrada e saída de navios, nacionais e estrangeiros, não só dos principais portos do Reino, como Lisboa, Porto ou Setúbal, mas também de outros portos europeus – como espanhóis, ingleses e franceses – permitiram aos investidores de mercadorias conhecer os fluxos dos bens. Houve igualmente espaço para a divulgação dos valores dos produtos na praça de Lisboa, oferecendo-se preços do trigo ou da cevada, a par do preço do algodão. Um outro elemento essencial era a evolução dos câmbios de Lisboa, em relação a outras praças com negócios diretos com a capital do império português, como Amesterdão, Londres, Paris ou Génova. Por seu lado, os periódicos estrangeiros que circulavam na capital portuguesa traziam informações comerciais do mesmo género, permitindo aos investidores portugueses estender os seus portfólios, se nisso tivessem interesse.

Para além dos periódicos, os papéis avulsos, com enorme tradição no caso português, permitiram, sobretudo, anunciar acontecimentos pontuais, como negociações para a Ásia que procuravam fundos, leilões que iriam ocorrer, ou outras oportunidades de negócio. Isto foi completado com os livros, que foram surgindo e tinham como função melhorar a formação dos investidores, aumentando a sua literacia financeira, e consequentemente os seus investimentos. Antes mesmo de passarmos à sua análise, olhemos ao que sabemos sobre o papel da informação no funcionamento dos mercados financeiros, desde a sua origem.

2. Informação

Considerando que as infraestruturas intangíveis contribuem, ainda que de forma distinta, para agilizar o encontro entre oferta e procura, Carlos e Wandschneider (2007, pp. 3–4) caracterizaram os mercados em três categorias: mercados transparentes, mercados semi-opacos e mercados opacos.

Os mercados transparentes, tal como o nome indica, disponibilizavam mais informação, com imprensa regularmente atualizada, sobretudo nas praças ou locais publicamente reconhecidos como destinados às transações. Os semi-opacos enfrentavam alguns obstáculos à circulação e obtenção de informação, por exemplo, por falta de uma imprensa especializada e regularmente distribuída ao público. Já os mercados opacos funcionaram em condições antagónicas aos ditos transparentes, sendo maior a probabilidade de as partes no contrato deterem informação desigual sobre o valor e a qualidade do produto transacionado.

Para que uma transação de compra-venda se realize, é necessário conhecer-se “onde”, “o quê”, e “a quem”, isto é, onde vender ou comprar, quais as características intrínsecas do produto a transacionar, e a quem vender ou comprar. A obtenção dessa informação representa um custo de transação. Nesse sentido, quanto mais disseminada for a informação sobre onde, o quê e a quem, melhor funciona o mercado como sistema de alocação de fundos financeiros.

Mais do que anunciar, para os agentes no mercado revelava-se essencial conhecer os preços e a sua variação, pois o próprio preço é uma informação condicionadora de decisões. Nos primórdios dos mercados, em muitas cidades europeias, a informação era veiculada através de dois meios possíveis. Por um lado, a informação escrita, onde cabe a imprensa, as listas de preços e a literatura financeira (Murphy, 2009, pp. 89–113). Por outro, os espaços de convívio eram fundamentais, tanto para obter informação, como mesmo para se operarem algumas trocas, dentro e fora dos espaços “oficiais” (Murphy, 2009, pp. 114–136). Inglaterra foi o primeiro centro financeiro a inaugurar a publicitação de listas de preços, com quotização regular dos valores das ações das empresas sediadas naquela praça (Murphy, 2009, pp. 97–106; Neal, 1993). O acesso a listas de preços permite ao investidor ter uma noção das tendências e volatilidade dos preços, e ajuda na formação de uma decisão informada, seja na aquisição, seja na liquidação de determinado ativo (Murphy, 2009, pp. 97–106). Amesterdão só cerca de 1796 é que teve uma lista de preços semelhante às inglesas (Neal, 1993, p. 27). Até então, a informação era veiculada nos espaços de encontro, ou em inúmeros jornais que surgiram a partir do século XVII (Smith, 1984, pp. 998–999).

Tanto Londres como Amesterdão tinham espaços próprios para as trocas. Em Londres no *Exchange Alley* e, sobretudo, nos cafés de *Lombard Street*, em Amesterdão também existiu um espaço edificado com o intuito de albergar as trocas, o *Amsterdam Exchange Alley*, alargando-se também a *Dam Square* (Petram, 2011, pp. 30–31). Aí o comércio dos títulos podia

ser feito por troca direta entre comprador e vendedor, ou através de um intermediário (Dickson, 1967, p. 490 e ss.). Em Lisboa, até ao Terramoto de 1755, a Rua dos Ferros era o espaço primordial das trocas, local onde desde tempos medievais os comerciantes, nacionais e estrangeiros, se encontravam. Existia um espaço para fixação de informações relativas a preços, o Tavalado (Sousa, 1825, p. 290). Na Idade Média estava instalado na Rua Nova, tratando-se de uma estrutura em madeira, de onde se faziam pregões públicos (Silva, 2024, p. 349). Tal era a importância desse espaço que a oficina da Gazeta de Lisboa se instalara nessa rua uns meses antes do cataclismo⁷. Depois da destruição causada pelo sismo, nos planos de reconstrução da cidade, foi projetado um novo espaço para acolher a Bolsa de Lisboa, que só veio a ser inaugurado em 1769. Nesse interregno, a atividade da praça deslocou-se para um café na Rua da Esperança (Santana, 1978; Justino, 1994, pp. 1–10 e 53–55; Pedreira, 1995, p. 392).

Apesar de a historiografia já ter dado conta da atividade financeira desses espaços, continuamos sem saber de que forma um investidor, sem uma rede alargada de conhecimentos, como era o caso dos comerciantes, poderia aplicar as suas economias no mercado financeiro lisboeta. Poderíamos pensar que os notários de Lisboa, à semelhança do que aconteceu em França, teriam feito essa “gestão de contactos”, como apontam Hoffman et al. (2019), para o encontro da oferta e da procura, endereçando assim a sua intermediação como solução para problemas de seleção adversa, mais do que o risco moral. No entanto, analisando o mercado de crédito, Leonor Freire Costa e seus coautores (2018b), apesar de concluírem que a mediação notarial em Lisboa foi muito superior àquela feita em Amesterdão e Antuérpia, adiantam que esta, ainda assim, não ultrapassava os números de Paris, embora os notários da capital portuguesa intermediassem contratos de crédito entre partes com origem social mais diversa do que na capital francesa. Leonor Freire Costa, analisando o papel dos notários no século XVIII, entende que o recurso ao selo público era o reflexo, se não de uma completa impessoalização das trocas, pelo menos da perceção de risco de uma das partes sobre as condições gerais onde se desenrolava o negócio, guerra incluída, procurando o serviço dos notários para segurança de capitais na obtenção de escritura pública. Ou seja, o recurso aos notários reduzia os custos de transação, pois a escritura constituía um título de propriedade, mas não resolvia o problema da obtenção de informação para saber onde e no que investir.

⁷ *Gazeta de Lisboa* de 13 de março de 1755. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 467.

É assim que os periódicos, papéis avulsos e livros que constituem o fundo da Real Mesa Censória se apresentam como uma importante fonte de conhecimento para os historiadores da Economia.

3. O Periodismo em Portugal: Jornais, Panfletos e Livros

Os historiadores da imprensa portuguesa mantêm um debate sobre em que momento se inicia a história da imprensa em Portugal. Se com as denominadas *Relações de Severim de Faria* (1625), se com a *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641* (Tengarrinha, 1992, p. 246). Isto porque se entende que esta segunda é aquela que reúne os requisitos para se poder considerar um jornal, a saber: a) periodicidade, b) encadeamento, e c) conteúdo específico, que o distingue de um livro ou um panfleto. Antes desses jornais, existiram notícias avulsas, pelo menos desde o século XVI, que não eram regulares, surgindo em consequência de um acontecimento que desencadeasse a necessidade de divulgação de novidades. No século XVII aumentou a profusão desses papéis noticiosos avulsos (Dias, 2022, pp. 17–24), vindo a ser regulados pela Carta Régia de 26 de janeiro de 1627, em que se impunha que a sua impressão dependesse de uma licença (Tengarrinha, 1992, p. 247). O período da Restauração alimentou alguns dos periódicos, quer gazetas, quer mercúrios, sendo o tema da Guerra da Restauração o principal foco das notícias veiculadas por esses impressos (Dias, 2022, pp. 14–16).

O século XVIII não foi profícuo na criação de novos periódicos e folhetos. Na primeira metade, a *Gazeta* foi um dos periódicos mais veiculados. Os primeiros números do século correspondem ao ano de 1704, onde se davam conta de notícias de vários sítios da Europa, mas também de Lisboa. Existiu também uma coletânea denominada *Notícias dos Gloriosos Sucessos*, ocupada, sobretudo, com a ofensiva portuguesa na Guerra de Sucessão de Espanha (1702-1714). Em 1715 surgira a *Gazeta de Lisboa*, e em 1718 a *Gazeta de Lisboa Oriental*⁸. A par destes surgiram também a *Folha de Lisboa* (1740-1743) e o *Mercúrio de Lisboa* (1744-1745). Só no final do século XVIII é que surgiram inúmeros periódicos, com espaço para a mais variada publicidade (Tengarrinha, 1989, p. 44), o que continuará pelo século XIX.

⁸ Fundada em 06 de janeiro de 1718, sobreviverá até 31 de agosto de 1741.

Os Periódicos

A publicação da *Gazeta de Lisboa*⁹ certamente que importou para a divulgação de informação relevante para os interessados em comprar ou vender instrumentos financeiros¹⁰. Retomada a sua impressão em Lisboa no ano de 1715¹¹, à semelhança das publicações congéneres europeias, a *Gazeta* dava conta de um conjunto de notícias internacionais, como guerras, conflitos comerciais, mudanças de poderes, mas também de temas nacionais, havendo divulgação do periódico por várias outras cidades e vilas do país¹² (Alves, 1989; Soares, 2007, p. 60). Todos estes temas impactavam de uma forma ou de outra o mundo comercial. Calculou-se que a *Gazeta* tivesse cerca de 1500 exemplares de tiragem por edição, um número modesto, quando comparado com outras edições estrangeiras de gazetas (Dias, 2022, p. 28). Tal não é de todo estranho se tivermos em conta que menos de 20% da população portuguesa seria alfabetizada (Reis, 2005, pp. 201–202). Apesar disso, a *Gazeta*, mesmo não sendo um periódico especializado, não deixou de ter um papel na acessibilidade da informação mercantil. Elisa Soares desenvolveu um estudo sobre a publicidade nas gazetas de Lisboa desde a sua fundação até 1760. Ali começou por dar conta de que a maioria dos produtos anunciados se relacionaram sobretudo com livros e panfletos sobre os mais variados temas, onde a religião ocupava um espaço primordial, revelador das preferências dos consumidores portugueses (Soares, 2007, pp. 65–90). No entanto, houve

⁹ No fundo da Real Mesa Censória encontramos exemplares da *Gazeta de Lisboa* para os anos de 1716-1745, 1746-1754, 1755-1762, 1778-1780, 1780-1784, 1785-1790, 1792-1801, 1802-1808, 1809-1811, 1812-1814, 1818-1832. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixas 466, 465, 467, 474, 475, 469, 468, 470, 471, 472, 476.

¹⁰ Um instrumento financeiro é qualquer documento que representa um contrato envolvendo um ativo financeiro, e um ativo financeiro é um direito a futuros pagamentos, que pode ser livremente negociado (Grath, 2016, p. 238).

¹¹ O alvará concedia ao seu impressor permissão para funcionar, detendo por ele o monopólio das impressões no reino. Este cunho do monarca na fundação da imprensa transformou a *Gazeta* num veículo de informação oficial, ganhando espaço quanto à confiança que se poderia ter nas informações veiculadas por ela. Isso não a escusava de passar pelo crivo da Real Mesa Censória, o que poderia também filtrar algumas das informações a divulgar.

¹² “A *Gazeta de Lisboa* foi redigida de acordo com um plano político-historicista, mas simultaneamente cronológico e socio-geográfico. As primeiras notícias de cada número da *Gazeta de Lisboa* eram as mais antigas, oriundas de inumeráveis pontos da Europa e do resto do mundo. Divididas por regiões ou reinos, no interior de cada uma destas rubricas separadas por parágrafos, as notícias ‘aproximavam-se’ do tempo mais recente e, simultaneamente, da Península Ibérica. Consoante a proximidade da informação, cada acontecimento era descrito entre um a dois meses na *Gazeta de Lisboa*. Só a última parte de cada número era dedicada às notícias em Portugal e na Corte. Esta secção seria a última a entrar na composição gráfica.” (Dias, 2022, pp. 29–30).

espaço à divulgação de bens e serviços. Nesse levantamento a autora encontrou alguns anúncios que se relacionaram diretamente com aquilo que estamos a estudar. O primeiro deles diz respeito à venda de um ofício de escrivão em 1717¹³, outro deles foi o que a autora identificou como serviços bancários, onde incluiu a compra de ações, breves e bulas. Ainda identificou o anúncio de uma lotaria promovida pelos irmãos da Mesa dos Enjeitados do Hospital Real de Todos os Santos¹⁴, bem como uma lotaria holandesa que estaria ainda aberta no ano da publicação e onde se poderia participar¹⁵.

Num levantamento feito por nós, e que completa o daquela autora, vimos que na *Gazeta* de 11 de setembro de 1755 surgiu um anúncio de uma página intitulado *Advertência*, onde se publicitou que o Provedor e Deputados da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão tinham os livros abertos para aceitar a compra de ações. Dava-se nota de quando e onde se podiam fazer essas compras¹⁶. Um ano depois, em 1756, publicaram-se os Estatutos da Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro¹⁷.

A partir de 1778, depois de um período em que a *Gazeta de Lisboa* teve a sua publicação suspensa¹⁸, as informações financeiras começaram a ser mais

¹³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 49, de 9 de dezembro de 1717: “Quem quizer comprar o Officio de escrivaõ do bayrro de S. Paulo desta Cidade Occidental, falle com Antonio Feliz de Sequeyra, official da Secretaria da Junta dos Tres Estados, morador na rua da Portugueza à Bica de Duarte Bello, Freguezia de S. Catherina de Monte Sinay” (*apud* Soares, 2007, p. 91).

¹⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 7, de 18 de fevereiro de 1723: “O Provedor e irmãos da Mesa dos Enjeitados do Hospital Real todos Santos faz publico, que a Lotaria de Sortes, concedida a favor dos meninos expostos na roda delle se achaõ a 28 deste presente mez de Fevereiro, e se lhe dá principio a tirarem se o primeiro de Abril Infallivelmente” (*apud* Soares, 2007, p. 94).

¹⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 8, de 22 de fevereiro de 1746: “De Hollanda se recebeu noticia de haver formado huma terceira, e nóva lotaria de Sórtes da Cidade Oldorfe, autorizada por Conde Walburgo [...] A coleçam começa nas principaes cidades de Comercio ham de se fechar a 6 Junho de 1746, as Sórtes se ham tirar a 4 de Julho do dito anno. As listas, mapas destas Sórtes se acharám, e bilhetes dellas na lôja de Pedro Honorio Martim na Rôa nova dos Mercadores” (*apud* Soares, 2007, pp. 94–95).

¹⁶ “O Provedor e Deputados da Companhia geral do Gram Pará e Maranhão principiarão a receber as ações da mesma Companhia no primeiro dia deste mez de Setembro, na sua casa do despacho, junto da Igreja de Santo António, o que hamde continuar todas as segundas, quartas, e sextas feiras de tarde de cada semana, em quanto se nam completar o numeroo das mesmas açoens, em conformidade dos §.§48, e 49 da sua instituição. Toda a pessoa que se quizer interessar na dita Companhia, pode concorrer à dita caza do despacho, nas tardes dos dias apontados; advertindo-se que por ora se não admitem mais que 10 cruzados a cada pessoa, para que assim se possa comunicar o benefício da dita companhia ao mayor numero de interessados, que couber no possível.” *Gazeta de Lisboa* de 11 de setembro de 1755 – Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. *Real Mesa Censória*, Caixa 467.

¹⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 39 e ss., de 1756 (Marcos, 1997, pp. 455–456 e 578–580, nota 1568).

¹⁸ A *Gazeta de Lisboa* teve a sua publicação suspensa entre 16 de julho de 1762 e 8 de agosto de 1778.

completas, certamente em resposta às exigências dos leitores. É assim que se mantêm as informações sobre a frequência dos navios e cargas no porto de Lisboa¹⁹, que já anteriormente exigiam algumas páginas do periódico, mas acrescentaram ainda cotações de algumas ações do Banco de Inglaterra e da Companhia das Índias Inglesa²⁰, dos preços dos mais variados produtos alimentares, ou do câmbio entre a praça de Lisboa, Amesterdão, Londres, Génova e Paris²¹, ou a chegada das frotas espanholas ao porto de Cádiz²².

Comparativamente com o que se verificava antes de 1762, reduzem-se os números que contemplam informação quanto às entradas das frotas portuguesas, nomeadamente as vindas do Brasil ou da Ásia. É interessante referir que a Guerra de Independência Americana (1775-1783) (Hill, 2017) é seguida atentamente pelo periódico, que, por ter um impacto positivo no comércio português com o Oriente (Albuquerque, 2020), tornava essas informações particularmente pertinentes para a comunidade mercantil lisboeta²³.

A *Gazeta de Lisboa* prosseguirá a sua publicação até 1832, continuando a divulgar notícias relativas ao mercado e, em concreto, aos produtos financeiros, como é exemplo o anúncio do arrendamento da Comenda de Santa Maria de Algodres, em Viseu, anunciado em 1810²⁴. A presença desses anúncios torna-se permanente, havendo informações relativas à entrada e saída de navios do porto de Lisboa, vendas de imóveis e foros, valores dos câmbios para várias cidades da Europa, bem como das taxas de desconto no caso das letras de câmbio, leilões de vários produtos a ocor-

¹⁹ *Gazeta de Lisboa* Suplemento n.º 4, de 04 de setembro de 1778; *Gazeta de Lisboa* Suplemento n.º 6, de 11 de setembro de 1778.

²⁰ *Gazeta de Lisboa* Suplemento n.º 13, de 30 de outubro de 1778.

²¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 3, de 18 de agosto de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 5, de 1 de setembro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 6, de 8 de setembro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 7, de 15 de setembro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 8, de 22 de setembro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 10, de 06 de outubro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 11, de 13 de outubro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 12, de 20 de outubro de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 13, de 27 de outubro de 1778, Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 474.

²² *Gazeta de Lisboa*, n.º 2, de 11 de agosto de 1778; *Gazeta de Lisboa*, n.º 8, de 22 de setembro de 1778 in Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 474.

²³ *Gazeta de Lisboa* Suplemento n.º 9, de 02 de outubro de 1778; dá-se a seguinte nota: “as notícias desagradáveis da America fizerão logo baxar os nossos fundos; mas tornara a restabelecer-se. Banco 115; Índias 137,5; Sul 72,5”. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 474.

²⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 1, de 1 de janeiro de 1810, in Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 471.

rerem em diferentes locais e concursos para arrematação de contratos, como era o caso dos dízimos²⁵.

Também o *Hebdomadário Lisbonense*²⁶, publicado entre dezembro de 1763 e julho de 1767, era destinado especialmente ao público de Lisboa. Tinha uma periodicidade semanal e foi, na essência, uma publicação com relevância comercial (Dias, 2022, p. 46). Contribuiu para a divulgação de informação económico-financeira, com notícias referentes à compra e venda de bens móveis²⁷ e imóveis (mobiliários, relicários, propriedades rurais ou urbanas, etc.), de procura de criados, anúncios de escravos fugidos, bem como de divulgação de serviços²⁸. Parece-nos até que o periódico se dedicou mais à atividade publicitária do que ao relato noticioso propriamente dito, estando quase inteiramente dedicado à divulgação de anúncios de venda ou intenção de compra²⁹, muito à semelhança do *Diário Noticioso de Madrid*, a que faremos referência mais adiante. Mas, para além disso, no levantamento que fizemos, encontrámos também, tal como acontecia nas gazetas, divulgação do tráfego no porto de Lisboa, com notícias sobre as entradas e saídas de navios portugueses e estrangeiros, bem como as respetivas cargas³⁰, mas também anúncios de leilões de rendas ou de mercadorias³¹.

Outro importante periódico é o *Correio Mercantil e Económico de Portugal*³², onde se davam notícias relativas aos temas de Agricultura, Artes

²⁵ Estes dados podem ser conferidos nas Gazetas de Lisboa relativas aos anos de 1818 a 1832. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 476.

²⁶ Este periódico teve uma publicação entre 1763 e 1765, sensivelmente no período em que a Gazeta esteve suspensa, ocupando por isso um espaço importante quanto à divulgação deste tipo de anúncios.

²⁷ Dentro dos bens móveis cabiam também as tenças. Como lembrou já Fernanda Olival, esses títulos podiam ser vendidos pelos seus proprietários, havendo um mercado secundário para eles. É isso mesmo que nos dá conta o n.º 17 do *Hebdomadário Lisbonense* de 1765, “Vendem-se duas mercês de Habito de Cristo, huma com Tença de cinquenta mil reis, e a outra de quarenta mil reis de Tença, para as poder lançar no Almoxarifado que quizerem, e tem as renunciadas prontas (...)” Mas também se vendiam ofícios como foi o caso do anúncio da venda do “Ofício de Escrivão da Meza do Consulado da Alfandega da Cidade de Faro”, *Hebdomadário Lisbonense* n.º 23, de 1765.

²⁸ Falamos de serviços de Dentista “He chegado a esta Corte Carlos Castiglione Professor Dentista, Italiano de Nasção, aprovado em muitas Cortes da Europa (...). Tira as molas, e as raizes, ou dentes rotos (...)” *Hebdomadário Lisbonense*, n.º 16, de 1765, Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 457.

²⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 457.

³⁰ *Hebdomadário Lisbonense*, n.º 14, n.º 17, n.º 19, n.º 22, n.º 23, n.º 24, n.º 25, de 1765, in Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 457.

³¹ *Hebdomadário Lisbonense*, n.º 24, de 1765, in Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 457.

³² O fundo da Real Mesa Censória conserva as edições entre os anos de 1796 a 1809. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 477.

e Comércio, tanto estrangeiras como portuguesas. Foi publicado entre 1790 e 1811, e mantinha uma publicação semanal (Dias, 2022, pp. 55–56). No que ao comércio diz respeito, o periódico dá conta da entrada e saída de navios do porto de Lisboa, Setúbal e do Porto. Havia uma constante preocupação com as notícias comerciais das diferentes praças, havendo uma maioria dedicada à praça de Londres. Os conflitos bélicos, sobretudo provocados por franceses, nos alvares da Revolução Francesa, têm especial destaque. Há constantes referências aos câmbios das diferentes praças, à chegada de frota a outras cidades da Europa e também aos preços de vários géneros. Identificam-se, também, as mercadorias entradas em Lisboa, com o título de “Preços do Terreiro”. Aqui há referências a géneros como o trigo da terra, o milho e a cevada, e respetivos locais de origem. Numa outra secção davam-se os “Preços do Haver o Pezo”, relativo ao azeite, à manteiga, ao arroz e ao bacalhau, indicando-se valores e unidades de medida. Contempla também uma rubrica para os “Preços de alguns generos da Praça”, nomeadamente algodão de Pernambuco, Maranhão, Baía, Pará, Rio de Janeiro, dando o preço em reis por libra. Havia também espaço para anunciar os valores do cravo fino, cacau e salsa parilha. Por fim, reservavam-se algumas linhas para os anúncios de venda de propriedades, arrendamento de comendas, venda de bens móveis, venda de execuções, leilões de propriedades em hasta pública, ou referência a casas comerciais falidas, nacionais e estrangeiras.

Para além desses periódicos, havia ainda acesso aos jornais estrangeiros que eram divulgados em Portugal. Isso mesmo informava a própria *Gazeta de Lisboa*, que anunciava os locais onde eles poderiam ser comprados³³. No fundo documental da Real Mesa Censória, são inúmeros os exemplos não só de jornais, mas também de livros, panfletos e opúsculos estrangeiros que aquela mesa inspecionou. A *Gaceta de Madrid*³⁴ era um periódico herdeiro das gazetas que se começaram a publicar em Madrid no século XVII (Fernández Mera, 2020, pp. 107–108). À semelhança das congéneres europeias, era sobretudo um veículo de notícias ligado à Coroa. O periódico começava com as principais notícias das capitais europeias e das colónias, sendo a ordem da sua posição a proximidade à capital espanhola. María Victoria Fernández Mera considera que a *Gaceta* não era mais do que um mero diário de notícias de publicação dos instrumentos legislativos proclamados pelo monarca,

³³ *Gazeta de Lisboa* de 12 de julho de 1759 – dá-se conta de que os *Mercúrios da Europa* compostos na língua portuguesa se vendem no Adro de S. Domingos.

³⁴ A Real Mesa Censória conserva no seu fundo exemplares da *Gaceta de Madrid* para os anos de 1713-1770, 1776-1799, 1777-1795 e 1800-1803. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixas 487, 488, 489, 490.

de acordo com os seus interesses (Fernández Mera, 2020, p. 111). Apesar disso, circulou em Portugal e era muitas vezes citado pela *Gazeta de Lisboa* quando se referia a notícias de Castela. Outro dos exemplos de Espanha era o *Diário Noticioso* [de Madrid], também ele com impressão e circulação sobretudo na capital espanhola. Foi fundado em 1 de fevereiro de 1758, com o nome *Diario Noticioso, Curioso, Erudito, Comercial y Político*, depois alterado para apenas *Diario Noticioso*. Foi o primeiro diário espanhol e teve a sua publicação assegurada até 4 de maio de 1808, altura em que José Bonaparte assume o controlo do território, sendo extinto. A sua publicação era sobretudo ocupada com anúncios, havendo espaço, é claro, para os anúncios comerciais. Assim, havia avisos sobre compra e venda de bens móveis e imóveis, bem como anúncios relacionados com a venda de censos³⁵ e ações de companhias³⁶.

A análise dos periódicos espanhóis inspecionados pela Real Mesa Censória, como a *Gaceta de Madrid* ou o *Diário Noticioso*, permite estabelecer uma comparação relevante com os impressos portugueses. Em ambos os casos, o controlo censório estruturava a circulação de informação. No entanto, a imprensa madrilena apresenta uma maior formalização na publicação de dados sobre ações, impostos e contratos régios, o que poderá indicar um grau mais elevado de institucionalização da informação económica. Em contraste, a imprensa lisboeta dependia mais de papéis avulsos e de mecanismos indiretos de publicidade comercial. Esta assimetria ajuda a compreender o carácter mais opaco do mercado financeiro português, em linha com a tipologia de Carlos e Wandschneider (2007), mas também revela formas alternativas e funcionais de disseminação informacional.

Inglaterra, por seu lado, tinha também presença na divulgação das suas notícias em Lisboa. O fundo da Real Mesa Censória guarda exemplares do *The London Chronicle* e do *Courrier de Londres*. No caso do primeiro, os exemplares dizem respeito ao ano de 1788. O periódico escrito em inglês, e editado pelo Parlamento de Inglaterra, tinha uma secção exclusivamente dedicada às ações das empresas inglesas intitulada “Stocks”. Resumia também

³⁵ *Diário Noticioso* de 23 de fevereiro de 1758: “Se vende um Censo de 10\$ reales de principal y 3 por 100 de redito, situado com facultad Real, sobre um Mayorazgo de 400 ducados de renta anual efectiva, se acudirá à la calle de Jacimetrenzo, frente de la casa del Señor Cepeda, sobre uma Prenderia, quarto segundo”. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491. A propósito dos Censos no caso espanhol, ver Sanjuán, 2022.

³⁶ *Diário Noticioso* de 16 de fevereiro de 1758: “Se venden tambien dos Acciones en la Compañía de Toledo, de cinquenta doubles cada una, y cederán parte de los reditos caídos desde el año de 1750. Dará razón el Padre Sacristan Mayor del Convento de Lerced Calzada.” Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

os preços de vários grãos e anunciava falências. Dava ainda conta dos rendimentos dos impostos arrecadados pelo Estado inglês e que garantiam o pagamento da dívida soberana, ao mesmo tempo que divulgava o resultado das eleições dos novos governadores da Companhia das Índias Inglesa³⁷. O *Courrier de Londres* apresentava informações semelhantes, mas mais completas. Escrita ora em francês, ora em inglês, foi ocasionalmente traduzida para português. O fundo da Mesa apenas tem exemplares para o ano de 1788. Na edição de 7 de março de 1788³⁸ surge uma secção final com o título “Commerce”, com a lista de navios entrados e saídos nos portos de França e da Grã-Bretanha. Numa outra secção denominada de “Prix des Fonds Publics, & état di Change entre Londres & les principales Villes commerçantes de L’Europe”, davam-se informações sobre as ações do Banco de Inglaterra, as Ações da Companhia das Índias e os Bilhetes de Lotaria. Forneciam-se também dados relativos aos câmbios de Londres para Amesterdão, Roterdão, Hamburgo, Paris, Bordéus, Livorno, Génova, Veneza, Lisboa e Porto. Estas informações seriam dadas de forma sistemática nos números que se seguiriam.

Foram ainda inspecionados pela Mesa periódicos franceses³⁹, italianos⁴⁰ e alemães, neste último caso com abundantes informações sobre câmbios e circulação de navios⁴¹.

Papéis

Como dissemos, a publicação de papéis noticiosos em Portugal remonta ao século XVI. Em certos casos, a divulgação em concreto de determinados assuntos exigia que se fizessem circular papéis que dessem conta de negociações que se preparavam, mercadorias que se queriam vender em leilão,

³⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

³⁸ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

³⁹ *Gazette de Paris* é o periódico que encontrámos relativo a França. Apenas há exemplares para o ano de 1791, estando inteiramente dedicado a temas políticos. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

⁴⁰ As *Notícias de Nápoles* correspondem a um conjunto de papéis manuscritos, sobretudo dedicados ao tema da política, escritos em italiano. O fundo da Mesa Censória guarda cerca de 34 exemplares manuscritos, que correspondem aos anos de 1785-1786. Temos também o caso do periódico *Notizie del Mondo*, inteiramente dedicado ao tema da política. Estava escrito em italiano, e a Mesa guarda vários números para o ano de 1790. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

⁴¹ Referimo-nos ao periódico alemão *Raiserlich*, relativo ao ano de 1790, onde se contam os câmbios para várias cidades, como Francfort, e também a entrada e saída de navios de vários portos germânicos. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 491.

rendas que estivessem disponíveis para arrematar. Assim, era necessário que essas condições fossem impressas e divulgadas; para tal cabia à Real Mesa Censória a sua verificação e a respetiva autorização para posterior impressão e cópias. Esta era uma instrução manuscrita, feita no documento da prova que chegava à mesa para inspeção. Aposta a necessária autorização, o documento era impresso, e passava mais uma vez por revisão. Se estivesse tudo em conformidade, podia-se então avançar para a impressão das cópias.

Assim, a maioria dos documentos que analisámos no fundo da Mesa, dizem respeito aos protótipos manuscritos daquelas que seriam depois as impressões. Já dissemos que a Guerra de Independência Americana teve um impacto positivo no comércio português com o Oriente. Assim, alguns dos documentos que encontrámos dizem precisamente respeito a essa rota comercial, redescoberta na segunda metade do século XVIII, mais concretamente entre 1775 e 1790. Assim, encontrámos a publicação das “Instruções pelas quais se devem regular os vassalos desta coroa (...) para segurança do seu comercio marítimo, e livre navegação para os Portos Estrangeiros (...)”, publicado pela Junta do Comércio em 1781, no sentido de alertar os negociantes para o perigo do conflito que se desenvolvia na América, Europa e Ásia, em consequência da guerra desencadeada pelas colónias americanas⁴². Apesar disso, esse momento era de euforia, pois os lucros garantidos pelo negócio da Ásia eram enormemente aliciantes. Assim, em 1779, Cristiano Stoqueler, filho, Francisco Xavier Stoqueler e Joaquim António Alberto, comerciantes da praça de Lisboa, formaram uma sociedade para levar a nau “Penha de França, S. Francisco de Paula e Almas” aos portos da Ásia, mais concretamente a Macau⁴³, tendo obtido permissão da Coroa, como impunha a legislação em vigor⁴⁴. Ao publicarem o facto, e as respetivas condições, atraíam assim potenciais investidores.

Os sucessos dessas navegações refletem-se também nos inúmeros leilões de mercadorias asiáticas que foram feitos em Lisboa. Para que eles fossem possíveis de concretizar, era necessário que o público soubesse onde se dirigir. A publicação da data e da hora dos leilões, bem como dos produtos a serem vendidos e das suas quantidades, e ainda dos lanços base, era essencial à concretização dos leilões. Foi esse o caso de uma negociação regressada de Macau, em 1771, em que os diretores da mesma fizeram imprimir as condições em que

⁴² Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 506, doc. 4628.

⁴³ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 506, doc. 4634.

⁴⁴ Alvará de 24 de novembro de 1770.

se realizaria o leilão dos bens vindos daquela cidade, dando conta a todos os potenciais interessados. Nesse sentido, os diretores José Rodrigues Bandeira, Inácio Pedro Quintela, Anselmo José da Cruz Sobral, Paulo Jorge e Francisco José Lopes fizeram publicar, com autorização da Mesa, as ditas condições do leilão da negociação da “Nau Rainha de Nantes por invocação Nossa Senhora da Penha de França”: “hão de arrematar parte da carga da dita Nau vinda da Cidade do Nome de Deus de Macau, entrada neste porto em 28 de Junho de 1771”⁴⁵.

Ocorriam também leilões de produtos com outras origens, como foi o caso do leilão promovido por Horne & Sill, em 4 de novembro de 1779: “handem vender em Leilão publico na Casa dos Fretadores de Mercadorias e Corretores do Numero, (...) a carga da Polaca hespanhola São José, vinda de Buenos Aires a carga de 8385 couros em cabelo, 200 peles e 6 peles de leopardo”⁴⁶. O saque dos navios pelos ingleses foi muitas vezes vendido em Lisboa. Instituições como a Alfândega do Açúcar⁴⁷, o Tribunal da Junta do Tabaco⁴⁸, a Alfândega de Lisboa⁴⁹ e mesmo as companhias coloniais⁵⁰ promoveram também leilões, todos eles necessitando da respetiva autorização da Mesa para publicação dos seus anúncios.

A venda das rendas de cobrança de impostos das mais variadas instituições, bem como a publicitação dos contratos de fornecimento de bens à Coroa, eram também objeto de impressão e divulgação na praça, com o intuito de informar os investidores que quisessem participar. Assim, a 13 de novembro de 1780, pede-se autorização para ser impresso um papel que dava conta de que iam ser arrematadas várias rendas de comendas, a saber, do Arcebispado de Braga, do Bispado de Viseu e do Bispado de Coimbra, ou ainda de que se iam pôr a lanços várias rendas na Mesa da Consciência e

⁴⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514.

⁴⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514.

⁴⁷ Pedido, manuscrito, de anúncio de leilão de 23 caixas de açúcar branco, vindo da Baía, a decorrer na Alfândega de Lisboa, em 4 de maio de 1775. É acompanhado pela lista das caixas e respetivas quantidades. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514, doc. 5422.

⁴⁸ Pedido, manuscrito, de publicação da lista de fazendas que se puseram a lanços no Tribunal da Junta do Tabaco no ano de 1771, vindas de Macau na Nau Rainha de Nantes. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514, doc. 5441.

⁴⁹ Pedido, manuscrito, para publicação das condições de leilão da Alfandega de Lisboa, de caixas de açúcar branco fino, vindo de Goa, pertencentes à “Real fazenda da Casa e Estado das Senhoras Rainhas deste Reino”, datado de 1785. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514, doc. 5438.

⁵⁰ Condições dos leilões na Junta da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba vindos do Brasil em 1768, 1771, 1772, 1775, 1776, 1777, 1780. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 513, docs. 5399 a 5407.

Ordens, nomeadamente a Comenda de Estremoz em 1794⁵¹, e no qual se divulgavam as condições da Renda dos Dízimos da Verdura em 1775⁵². Foi esse também o caso do Contrato de Fornecimento das Fardas de Infantaria, posto a lanços em 1724 pelo Tribunal da Junta dos Três Estados, entre outros⁵³.

Encontramos ainda papéis avulsos relativos à divulgação dos espaços de realização de leilões privados⁵⁴, venda de seguros de vida e contra fogo⁵⁵, ou lançamento de lotarias⁵⁶.

Livros

Por fim, a circulação de literatura que ajudasse na formação sobre o tema dos mercados e da finança não é abundante. Sabemos, pelo estudo de Elsa Soares, e pela análise que fizemos dos periódicos portugueses, que havia divulgação de livros sobre temas ligados à finança. São também abundantes os letreiros e anúncios colocados pelos livreiros, que a mesa inspecionou, entre os séculos XVIII e XIX⁵⁷. O apetite editorial dos leitores estava mais orientado, sobretudo, para livros ligados à religião. Apesar disso, a *Gazeta de Lisboa* de 12 de julho de 1759 anunciava a venda do título *Artihmetica do valor de todas as moedas, que correm nestes reinos, senhorias de Portugal com a taboada pequena e grande e as figuras da conta romana, para o uso dos contadores*. Sabemos também da publicação, cerca de 1760, de umas *Memórias sobre a Companhia dos Mares do Sul*⁵⁸, o que

⁵¹ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514.

⁵² Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 514.

⁵³ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 513, docs. 5408 a 5411.

⁵⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 512, doc. 5097.

⁵⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 512, docs. 5063 e 5064.

⁵⁶ Conjunto de documentos relativos a lotarias a serem lançadas: 1792, 1797, 1806, 1807, 1825, 1828. Trata-se de lotarias particulares, de lotarias para benefício do Teatro de São Carlos e da Iluminação da Cidade de Évora. Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 512, docs. 5066-5073.

⁵⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, Caixa 512, docs. 5119 a 5398.

⁵⁸ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Manuscritos da Livraria*, n.º 2034 – autor desconhecido.

pode denotar algum interesse sobre o tema das companhias. A Mesa inspecionou ainda obras como o *Tratado de cambios e taboadas*, em 1782⁵⁹.

Jorge Pedreira considerou a produção de alguns manuais com algum êxito editorial, mas sobretudo dedicados a um público em concreto: àqueles que procuravam entrar no mundo dos negócios (Pedreira, 1992). O historiador deixa claro que, a partir da segunda metade do século XVIII, a procura do grupo de comerciantes por formação aumentou, sendo prova disso a divulgação de manuais, sobretudo a partir da criação da Aula do Comércio, precisamente versada para ensinar aqueles que quisessem ingressar nas lides dos negócios por grosso (Pedreira, 1995, p. 414).

O Edital de 10 de julho de 1769 impôs que instituições e indivíduos enviassem catálogos das suas bibliotecas para inspeção e arquivo na Real Mesa Censória. O fundo é composto por 2420 entradas, só para o século XVIII (Campos, 2014, p. 297). No entanto, apesar dos esforços de alguns estudiosos (Campos, 2014; Marques, 1963), faltam ainda estudos sistemáticos que nos permitam compreender quais os principais títulos que compunham essas bibliotecas, bem como um valor aproximado das impressões dessas obras, seja a partir do fundo da Real Mesa Censória, seja de outros fundos, como é o caso dos Inventários Orfanológicos.

Conclusão

O estudo do fundo da Real Mesa Censória, aqui explorado numa perspetiva orientada para a História Económica, demonstrou que, apesar das limitações estruturais do mercado financeiro lisboeta do século XVIII – marcado por baixa literacia, escassa institucionalização formal e limitada especialização mediadora –, existiram canais funcionais de circulação de informação económica. O arquivo da censura, longe de ser apenas um instrumento de controlo ideológico, emerge como infraestrutura documental que viabilizou a preservação de dados essenciais ao funcionamento do mercado: notícias políticas, valores de câmbios, listas de produtos, avisos de leilões, anúncios de investimento e referências a companhias comerciais.

A análise dos periódicos, papéis e livros inspecionados pela Mesa revela que a informação sobre os mercados não só circulava, como o fazia de modo suficientemente sistemático para sustentar decisões de investimento por parte de agentes exteriores às tradicionais redes mercantis. Ao identificar

⁵⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1687-1831). *Real Mesa Censória*, n.º 4869.

estas fontes e examinar a sua natureza, frequência e acessibilidade, o presente artigo contribui para a requalificação do mercado lisboeta no quadro da tipologia proposta por Carlos e Wandschneider (2007), aproximando-o de uma configuração semi-opaca, onde a assimetria informacional era mitigada por dispositivos informais e impressos regulados.

Comparativamente com os modelos inglês e holandês, ou mesmo com o caso madrileno, Lisboa apresentava uma configuração menos formalizada, mas funcional, sustentada em práticas locais, como os papéis avulsos e os pregões públicos. Este modelo híbrido é especialmente relevante para a historiografia, pois desafia a leitura dicotômica entre mercados “desenvolvidos” e “atrasados”, revelando a existência de soluções informacionais endógenas que garantiam algum nível de eficiência alocativa, ainda que sem os instrumentos da modernidade financeira.

O trabalho de levantamento arquivístico realizado neste estudo confirma o valor historiográfico do fundo da Real Mesa Censória e aponta caminhos promissores para investigações futuras. Entre esses, destacam-se: (i) o mapeamento sistemático das bibliotecas privadas inspecionadas pela Mesa, com vista à reconstituição da literacia económica dos agentes; (ii) o estudo propográfico dos autores e leitores dos impressos financeiros; (iii) a análise comparada, em maior profundidade, com outras praças comerciais europeias do Antigo Regime. Estes eixos de aprofundamento permitirão consolidar a Real Mesa Censória como uma das principais portas de entrada para a compreensão do sistema de informação económica no Portugal setecentista.

Fontes e bibliografia

Fontes Manuscritas

Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo.

- *Real Mesa Censória*, Caixas 457, 466, 465, 467, 474, 475, 469, 468, 470, 471, 472, 476, 477, 487, 488, 489, 490, 506, 512, 513, 514.

- *Manuscritos da Livraria*, n.º 2034.

Referências bibliográficas

Akerlof, G. A. (1970). The Market for «Lemons»: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, 84(3), 488–500.

- Albuquerque, T. P. de. (2018). A rede comercial da sociedade dos Irmãos Silva Milheiros, 1804-1812. *História e Economia. Revista Interdisciplinar*, 20(1), 89–108.
- Albuquerque, T. P. de. (2019). Negociar a partir do centro: A Casa Comercial de Jacinto Fernandes Bandeira (1775-1806). In B. Lopes & R. L. de Jesus (Eds.), *Finanças, economia e instituições no Portugal moderno: Séculos XVI-XVIII* (pp. 309–339). Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press.
- Albuquerque, T. P. de. (2020). O financiamento do comércio da Ásia no último quartel de setecentos. *Configurações. Revista Ciências Sociais*, 26, Artigo 26.
- Albuquerque, T. P. de. (2023). *As Companhias Coloniais Portuguesas, 1755-1780: Acionistas, mercados de capitais e dinâmicas de governo* [Tese Doutorado não publicada]. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.
- Alves, R. (1989). Jornalismo no século XVIII. A Gazeta de Lisboa como fonte histórica (1746-1750). *História*, XII(12), 14–25.
- Anjos, C. V. dos. (2014). Glaucete Saturnio e a Real Mesa Censória: Uma crítica genética das Obras de Cláudio Manuel da Costa. *Revista de História*, 170, 261–290.
- Araújo, A. C. (2020). A Real Mesa Censória e o Colégio Real dos Nobres da Corte: Revisão e censura de um projeto civil, literário e educativo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 20, 397–418.
- Aslanian, S. (2008). "The Salt in Merchant's Letter": The Culture of Julfan Correspondence in the Indian Ocean and the Mediterranean. *Journal of World History*, 19(2), 127–188.
- Beline, H. V. J. (2021). Da Real Mesa Censória ao surgimento da imprensa no Brasil. *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, 30, 129–144.
- Bohorquez, J. (2016). *Globalizar el Sur. La emergencia de ciudades globales y la economía política de los impérios portugués y español: Rio de Janeiro y La Havana durante la Era de las Revoluciones* [Tese Doutorado não publicada]. European Institute of Florence.
- Campos, F. M. A. da S. G. de. (2014). *Bibliotecas de História: Aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII* [Tese Doutorado não publicada]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Carlos, A. M., Key, J., & Dupree, J. L. (1998). Learning and the Creation of Stock-Market Institutions: Evidence from the Royal African and Hudson's Bay Companies, 1670–1700. *The Journal of Economic History*, 58(2), 318–344.
- Carlos, A., Neal, L., & Wandschneider, K. (2007). Networks and Market Makers in Bank of England Shares: London 1720. *Financial History Review*, 8, 7–26.
- Carvalho, P. E. A. (2009). As Normas do Rey e as Normas do Gramático na Real Mesa Censória Portuguesa em 1771. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, VII, 130–141.
- Ciccia, M.-N. (2021). Auctorialité et anonymat dans le théâtre portugais à travers les pareceres négatifs de la Real Mesa Censória (1768-1794). *Reflexos*, 5, 1–20.
- Costa, L. F., Rocha, M. M., & Brito, P. B. (2018a). Os impactos do terramoto de 1755 no mercado de crédito de Lisboa. *Ler História*, 72, Artigo 72.
- Costa, L. F., Rocha, M. M., & Brito, P. B. (2018b). The alchemy of gold: Interest rates, money stock, and credit in eighteenth-century Lisbon. *The Economic History Review*, 71(4), 1147–1172.
- DeNipoti, C., & Fonseca, T. N. de L. e. (2011). Censura e mercê: Os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 4(2), 139–154.

- Dias, E. J. G. (2022). Visões panorâmicas sobre a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1820). In A. Cabrera & H. Lima (Eds.), *Imprensa em Portugal: Uma história* (pp. 11–120). Instituto de Comunicação da NOVA.
- Dickson, P. G. M. (1967). *The Financial Revolution in England: A Study in the Development of Public Credit, 1688-1756*. England & Brookfield, Vt.
- Domingos, M. D. (1992). Para a história da Real Mesa Censória. *Revista da Biblioteca Nacional*, 2, 137–158.
- Fernández Mera, M. V. (2020). El recorrido histórico de la Gaceta de Madrid. *Documenta & Instrumenta*, 18, 105–126.
- Gelderblom, O., & Jonker, J. (2004). Completing a Financial Revolution: The Finance of the Dutch East India Trade and the Rise of the Amsterdam Capital Market, 1595-1612. *The Journal of Economic History*, 64(3), 641–672.
- Grath, A. (2016). *The Handbook of International Trade and Finance: The Complete Guide for International Sales, Finance, Shipping and Administration*. Kogan Page Publishers.
- Hill, S. J. (2017). *China and the American Revolution*. Journal of the American Revolution. <https://allthingsliberty.com/2017/12/china-american-revolution/>
- Hoffman, P. T., Postel-Vinay, G., & Rosenthal, J.-L. (2019). *Dark Matter Credit: The Development of Peer-to-Peer Lending and Banking in France*. Princeton University Press.
- Justino, D. (1993). *Origens da Bolsa de Lisboa*. Bolsa de Valores de Lisboa.
- Justino, D. (1994). *História da Bolsa de Lisboa*. Bolsa de Valores de Lisboa.
- Lamikiz, X. (2007). Un 'Cuento Ruidoso?': Confidencialidad, Reputación y Confianza en el Comercio del siglo XVIII. *Obrario de Historia Moderna*, 16, 113–142.
- Lamikiz, X. (2013). *Trade and Trust in the Eighteenth-Century Atlantic World: Spanish Merchants and Their Overseas Networks*. Boydell Press.
- Levine, R. (2005). Finance and Growth: Theory and Evidence. In P. Aghion & S. N. Durlauf (Eds.), *Handbook of Economic Growth* (Vols. 1, Part A, pp. 865–934). Elsevier.
- Madureira, N. L. (1994). Crédito e Mercados Financeiros em Lisboa. *Ler História*, 26, 21–43.
- Magalhães, P. A. I. (2022). A Real Mesa Censória e a circulação das traduções dos escritos de Voltaire em Portugal (1768-1794). In L. E. Oliveira & J. E. Franco (Eds.), *A Revolução das Luzes. Progressos e limites da política reformista pombalina* (pp. 183–210). Criação Editora e Theya.
- Marcos, R. M. F. (1997). *As companhias pombalinas: Contributo para a história das sociedades por acções em Portugal*. Livraria Almedina.
- Marques, M. A. S. (1963). *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Imp. Coimbra Editora.
- Mirowski, P. (1981). The Rise (and Retreat) of a Market: English Joint Stock Shares in the Eighteenth Century. *The Journal of Economic History*, 41(3), 559–577.
- Murphy, A. L. (2009). *The Origins of English Financial Markets: Investment and Speculation before the South Sea Bubble* (1st ed.). Cambridge University Press.
- Neal, L. (1993). *The Rise of Financial Capitalism: International Capital Markets in the Age of Reason*. Cambridge University Press.
- Neal, L. (2000). How it all began: The monetary and financial architecture of Europe during the first global capital markets, 1648–1815. *Financial History Review*, 7(2), 117–140.

- North, D. C. (2018). *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*. Três Estrelas.
- Pedreira, J. M. V. (1992). Os manuais dos negociantes em Portugal (1750-1820): 'economia moral' e economia política. In J. Luís Cardoso & A. Almodovar (Eds.), *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico* (pp. 173–201). CISEP.
- Pedreira, J. M. V. (1995). *Os Homens de Negócios da Praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Pereira, P. T. (2008). *Prisioneiro, o amante e as sereias: Instituições económicas, políticas e democracia*. Almedina.
- Pereira, S. (1890). Instituições sociais portuguesas. VII – A censura dos livros e a direcção das escolas de ensino público. *O occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*, 398, 14.
- Petram, L. O. (2011). *The world's first stock Exchange: how the Amsterdam market for Dutch East India Company shares became a modern securities market, 1602-1700*. Instituut voor Cultuurt en Geschiedenis, Países Baixos.
- Reis, J. (2005). Economic Growth, Human Capital Formation and Consumption in Western Europe Before 1800. In R. C. Allen, T. Bengtsson & M. Dribe (Eds.), *Living Standards in the Past* (pp. 195–225). Oxford University Press.
- Rocha, M. M. (1996). *Crédito privado num contexto urbano: Lisboa, 1770-1830* [Tese de Doutoramento não publicada]. Instituto Europeu de Florença.
- Rocha, M. M. (1998). Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (século XVII-XIX). *Análise social*, 33(145), 91–116.
- Rodrigues, L. (2024). Institutional investors in the Portuguese credit market (1550-1800): The case of the Misericórdias. *Revista de Historia Economica - Journal of Iberian and Latin American Economic History*, 1–29.
- Rosa, T., & Gomes, P. (2014). Os estudos menores e as reformas pombalinas. *Revista Interações*, 10(28), Artigo 28.
- Sanjuán, Í. E. (2022). The imperceptible financial (r)evolution of the censo. *Investigaciones de Historia Económica – Economic History Research (IHE-EHR), Journal of the Spanish Economic History Association*, 18(01), 38–49.
- Santana, F. (1978). O Paço da Praça do Comércio 1769-1780. *Olisipo*, 141, 44–56.
- Silva, M. F. (2024). A Rua Nova de Lisboa: Da génese medieval ao final inesperado. In M. J. M. da Rocha & N. Resende (Eds.), *História da Arquitetura Perspetivas Temáticas (III). A Rua na estrutura urbana* (pp. 345–354). CITCEM e Misericórdia do Porto.
- Smith, W. D. (1984). The Function of Commercial Centers in the Modernization of European Capitalism: Amsterdam as an Information Exchange in the Seventeenth Century. *The Journal of Economic History*, 44(4), 985–1005.
- Soares, E. C. P. de C. (2007). *A publicidade na Gazeta de Lisboa: 1715-1760* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Sousa, J. J. C. P. e. (1825). *Esboço de hum diccionario juridico, theoretico, e practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes*. Rolland.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Editorial Caminho.
- Tengarrinha, J. (1992). Imprensa. Em J. Serrão (Ed.), *Dicionário da História de Portugal: Vol. IV* (pp. 246–273). Livraria Figueirinhas.

- Trivellato, F. (2009). *The Familiarity of Strangers: The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-cultural Trade in the Early Modern Period*. Yale University Press.
- Vanneste, T. (2015). *Global Trade and Commercial Networks: Eighteenth-Century Diamond Merchants*. Routledge.
- Verri, G. M. W. (2009). Relações de Notícias na Província de Pernambuco entre 1795 e 1803. *ANPUH – XXV Simpósio nacional de História*.